Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

22/07/2017

comunicação
& informação

INDICE

1. ASSESSORIA
   1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 1
2. AÇÕES TJMA
   2.1. JORNAL O PROGRESSO..... 2
3. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
   3.1. JORNAL PEQUENO..... 3
4. CNJ
   4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 4 - 5
5. DESEMBARGADOR
   5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 6 - 7
   5.2. JORNAL O PROGRESSO..... 8 - 11
   5.3. JORNAL PEQUENO..... 12 - 13
6. POSSE
   6.1. JORNAL O IMPARCIAL..... 14 - 15
   6.2. JORNAL PEQUENO..... 16
7. UNIDADES ADMINISTRATIVAS
   7.1. JORNAL O IMPARCIAL..... 17

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

"O prazer de pensar"

Tomei emprestado de um dos livros de Theodore Dalrymple, escritor e psiquiatra inglês, o título do presente artigo. No livro homônimo, Dalrymple aborda, de forma brilhante, vários assuntos, sob o pretexto de analisar as dedicatórias existentes nos livros que adquiriu de segunda mão.

Pois bem, resolvi também me dar ao luxo de pensar sobre alguns temas.

Tempos atrás, conversando com um amigo que foi vereador em São Luís, manifestei os seguintes pontos de vista: de que há número excessivo de parlamentares no Brasil, notadamente de deputados estaduais e vereadores, e de que os vereadores de pequenas cidades não deviam ser remunerados, como foi durante 10 anos (1965-1975).

De pronto, esse meu amigo retrucou, afirmando que a democracia era algo muito importante, logo, o cidadão tinha de pagar o preço. Na sua concepção, quanto mais parlamentares e, preferencialmente, remunerados, mais democracia.

Na ocasião, retraí-me; busquei refletir melhor sobre o assunto e hoje vejo que a proposta não é nenhum absurdo, como meu amigo indicava.

O recém-eleito presidente da França, Emmanoel Macron, está propondo a redução do número de parlamentares, com o apoio maciço da população.

O Brasil tem, entre deputados federais e senadores, 594 parlamentares federais, 1.059 deputados estaduais e quase 58 mil vereadores.

Será que precisamos disso tudo mesmo? Será que a qualidade do Poder Legislativo se faz em números?

A quantidade traduz-se em qualidade da democracia?

O Poder Legislativo cubano, com uma população de pouco mais de 11 milhões de pessoas, tem 614 membros, enquanto os Estados Unidos, com uma população de quase 320 milhões de pessoas, tem 535 parlamentares.

Se compararmos o número de habitantes pela quantidade de representantes nos parlamentos, por certo chegaríamos à conclusão de que em Cuba o povo tem maior representatividade. Mas será que essa quantidade traduz-se em qualidade da democracia? É possível, a partir desse parâmetro, concluir que Cuba é mais democrática que os Estados Unidos?

Sejamos sinceros: ninguém, por mais fiel (no sentido religioso mesmo) ao regime cubano, terá coragem de dizer que em Cuba vigora uma democracia.

É a qualidade, e não a quantidade, que faz a diferença. Nesse contexto, é essencial mudar a forma de escolha dos parlamentares.

Outra reflexão: um dos deputados apoiadores do presidente Temer afirmou que o pagamento de emendas parlamentares, acontecidas recentemente, é um instrumento natural do governo para fazer valer seus desejos.

Legal e natural até pode ser – não sou ingênua, sei que muitos já fizeram igual para se segurar na cadeira –, mas será que é moralmente defensável, num Brasil em que falta dinheiro para segurança, saúde, educação e que as contas não fecham?

Não venham dizer que o pagamento das emendas é impositivo, ou seja, o Executivo deve pagar por força de lei, pois a mesma lei permite o retardamento ou não execução de despesas previstas no orçamento (contingenciamento), assim como do pagamento das emendas, na mesma proporção do corte de despesas pelo executivo.

Em resumo: o presidente é denunciado e quem paga a conta, altíssima por sinal, é o contribuinte. É o meu, o seu, o nosso rico dinheirinho que está pagando essa conta. Se o presidente estivesse tirando do próprio bolso... vai lá.

Juíza de Direito
e-mail: sonia.amaral@globo.com

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

1.572 presos são monitorados por tornozeleiras eletrônicas no MA

Equipamento permite controlar detento mesmo em prisão domiciliar; conforme levantamento, atualmente mais de 24 mil presos são monitorados por tornozeleira; Conselho Nacional de Justiça revela que o Brasil tem 622 mil presos

BRASÍLIA

Divulgação/G1

Fabricantes de tornozeleiras eletrônicas garantem que há produto suficiente no mercado do Brasil

O Maranhão tem 1.572 presos monitorados por tornozeleira eletrônica – com um custo mensal de R$ 252 por unidade - de um total de pelos menos 24.203 detentos que usam esse equipamento em todo o país. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil tem 622 mil presos e ao menos 821 aguardam a concessão da tornozeleira para deixar a prisão.

De acordo com o levantamento, o estado onde há mais tornozeleiras eletrônicas disponíveis é Paraná (5,3 mil). Três estados (Amapá, Bahia e Roraima) e o Distrito Federal informaram não ter presos monitorados pelo equipamento.

Vários governos têm previsão de licitação para a aquisição de novas tornozeleiras. De acordo com informações de órgãos estaduais, o menor custo mensal por tornozeleira é o do Distrito Federal (R$ 161,92), que, embora não tenha presos monitorados, assinou em julho contrato para fornecimento de 6 mil tornozeleiras – o maior é o do Amazonas (R$ 475). Rondônia e São Paulo foram os únicos que não responderam aos questionamentos.

Em maio, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) de São Paulo informou em nota que um novo contrato previa a entrega de 7.700 tornozeleiras, das quais 7 mil para serem usadas em todo o estado e 700 como reserva. O SAP foi questionado desde terça-feira,18, sobre números atualizados e se o contrato já entrou em vigor, mas não forneceu resposta até quinta-feira, 20.

As tornozeleiras são opção da Justiça para que presos cumpram regime domiciliar e continuem sendo monitorados. Os equipamentos funcionam com um módulo GPS, como em carros, no qual são instalados um modem de celular, para transmissão de dados, com dois cartões de operadoras diferentes a fim de se evitar ausência de sinal.

De acordo com o professor Welliton Caixeta, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), que há sete anos pesquisa o uso de tornozeleiras, a tecnologia é importante alternativa pra diminuir o caos no sistema penitenciário. Segundo ele, um preso custa cerca de R$ 2 mil por mês em um presídio, e a tornozeleira, cerca de R$ 200.

"Diante, então, desse universo prisional hoje de aproximadamente 600 mil pessoas presas no país, 40%, que são os presos provisórios, poderiam estar sendo beneficiados com tornozeleiras eletrônicas (...) É uma alternativa ao caos", afirmou.

Em janeiro, depois das chacinas de presos em estados do Norte e do Nordeste, o Ministério da Justiça anunciou o repasse de R$ 72 milhões aos estados para a compra de 10 mil tornozeleiras eletrônicas. Seis meses depois, o dinheiro ainda não foi liberado. O ministério informou que as ações do Plano Nacional de Segurança estão sendo revistas, por causa das trocas de ministros e dos cortes no orçamento.

Geddel e Rocha Loures

A escassez de tornozeleiras no país ganhou evidência após as prisões do ex-ministro Geddel Vieira Lima e do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures.

Preso no último dia 3, Geddel está em Salvador desde a semana passada, depois de ter deixado o presídio da Papuda, em Brasília, para cumprir prisão domiciliar.

Sem o equipamento disponível na Bahia e no Distrito Federal, o desembargador Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), autorizou o ex-ministro a ir para prisão domiciliar mesmo sem tor-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

nozeleira.

Loures foi preso um mês antes de Geddel, em 3 de junho, depois de ter sido filmado pela Polícia Federal ao receber uma mala com R$ 500 mil, que seria dinheiro de propina. Loures passou à prisão domiciliar, mediante monitoramento, por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin.

Sem o equipamento no Distrito Federal, a tornozeleira de Loures foi cedida pela Secretaria de Segurança Pública e de Administração Penitenciária de Goiás em 1º de julho. O Ministério Público apura se o ex-deputado foi privilegiado ao receber o equipamento em Goiânia.

Atualmente, além de responsáveis por firmar contratos para adquirir a tornozeleira, os estados também são incumbidos de monitorar os presos que utilizam a tecnologia.

Conforme o advogado criminalista Luís Henrique Machado, especializado em prisões preventivas, a falta de tornozeleira é corriqueira e não pode ser motivo para barrar a concessão de uma prisão domiciliar.

O monitoramento pode ser realizado sem o equipamento eletrônico, por meio de visitas periódicas. "A Polícia Federal poderia fazer visitas periódicas ao endereço no qual é cumprida a domiciliar duas, três ou mais vezes por semana, apertar a campainha e verificar o cumprimento da decisão. Se constatar que a pessoa não está presente, dá margem para apontar que ela está descumprido a decisão", explica o advogado. ●

MAIS

Fabricação de tornozeleiras

O aumento do uso de tornozeleiras no Brasil faz empresas especializadas no ramo investirem cada vez mais. Para os próximos três anos, a expectativa é de 120 mil encomendas.

■ Os detentos podem ser monitorados pelos estados ou pela própria empresa. As empresas, geralmente, possuem uma sala que funciona 24 horas por dia em tempo real.

■ Se a bateria da tornozeleira acabar, um alerta dispara no local, assim como quando o preso sai da área onde deveria ficar. Em caso de qualquer problema, a central liga para o monitorado.

■ Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, foi um dos primeiros presos da Operação Lava Jato a ganhar o benefício da prisão domiciliar e foi monitorado por meio da tornozeleira.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO MAIOR

"Safadeza"?

O desembargador Jaime Ferreira de Araújo, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), envolveu-se em mais uma polêmica.

Ele foi acionado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) depois de dizer, durante sessão do Pleno, que a greve realizada pelos servidores do Judiciário em 2015 "foi uma safadeza".

Ao CNJ, o sindicato dos servidores do Judiciário pede, liminarmente, que o magistrado se retrate em nova sessão do Pleno e, no mérito, que seja punido pela ofensa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Noite concorrida para celebrar com elegância os *50 anos de Ketery*

PÁG. 4 e 5

Ketery Carvalho era só alegria na festa dos seus 50 anos

JANTAR ELEGANTE *para celebrar os 50 anos de Ketery Carvalho*

Cuidadosa com os mínimos detalhes quando reúne amigos em seu belo apartamento no Calhau, é claro não seria diferente na comemoração dos seus bem vividos 50 anos.

Com muita categoria e simpatia, Ketery Carvalho, ao lado do marido Carlos Humberto e do primogênito Carlinhos, comemorou sua nova idade com um jantar impecável.

Aplausos para os quitutes deliciosos preparados pela quituteira Elza Souza, vinhos das melhores safras, o melhor champagne francês, mesa de doces de dar água na boca, discotecagem de ótima qualidade e a presença de um grupo de amigos de grande charme e prestígio de nossa sociedade.

Em resumo: uma bela e animada festa com o toque de alegria da anfitriã, impecável na arte de receber com requinte e bom gosto.

Mariléa e desembargador Gerson Costa

Frederico Costa e desembargadora Marcia Farias

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

MEMBRO SUBSTITUTO

Vicente de Paula toma posse no TRE-MA

Eleito pelo Tribunal de Justiça para o cargo de membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, o desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro tomou posse do novo cargo. O ato foi presidido pelo desembargador Raimundo Barros, presidente da Corte.

Os desembargadores Bernardo Rodrigues, Tyrone José Silva e João Santana, os membros da Corte Magno Linhares, Sebastião Bonfim e Kátia Coelho, o procurador regional Pedro Henrique Oliveira Castelo Branco, além do diretor-geral Flávio Costa prestigiaram a posse do desembargador.

Ao se referir ao empossado, o presidente do TRE-MA destacou que o desembargador Vicente de Paula é um amigo querido que exercerá importante função no ano de 2018 quando julgará processos referentes à propaganda.

Perfil

Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele estado, bacharelando-se em Direito em 1974 pela Universidade Federal do Piauí.

Em agosto de 1975, pediu exoneração da Polícia Civil para ingressar no Ministério Público do Piauí como promotor de Justiça, após aprovação em concurso público, especializando-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, em 1979.

Veio para o Maranhão em fevereiro de 1982, aprovado em concurso público para juiz de direito, realizado no ano anterior. Foi nomeado juiz substituto para a comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, onde depois foi titularizado. Trabalhou nas comarcas de Vargem Grande, Timon e Balsas. Depois de 10 anos no interior, foi promovido para a capital, em 1992. Foi juiz auxiliar por 4 anos, até se tornar titular na 2ª Vara da Infância da Juventude. Assumiu a 4ª Vara Cível de São Luís, passou pela 1ª Vara da Infância e da Juventude e, por fim, foi removido, a pedido, para a Auditoria da Justiça Militar, de onde saiu para ser desembargador, pelo critério de antiguidade, e oficialmente empossado no dia 16 de maio.

Des. Vicente de Paula julgará processos referentes à propaganda eleitoral

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Vicente de Paula toma posse no TRE-MA

POLÍTICA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

De novo os impostos

O governo lança mão, mais uma vez, do impopular aumento de impostos para tapar o rombo estimado de R$ 10 bilhões a R$ 15 bilhões em suas contas, com o reajuste do PIS e Cofins, que incidem sobre os combustíveis. O Ministério da Fazenda alega não ter alternativa para o cumprimento da meta fiscal estipulada, neste ano, em R$ 139 bilhões. Certo é que o incremento da carga tributária ocorre depois de repetidas promessas de que o ajuste das contas públicas não se daria pela via mais fácil utilizada com frequência pelos sucessivos ocupantes do Palácio do Planalto: a elevação dos impostos.

Essa prática tornou o Brasil um dos países com a maior carga tributária do mundo, girando em torno de 35% do Produto Interno Bruto (PIB), sem que haja retorno esperado nos serviços básicos oferecidos à população. O que pode ser facilmente comprovado pelo caos na saúde, com hospitais superlotados, falta crônica de medicamentos e intermináveis filas para atendimento médico; na educação, com a péssima qualidade do ensino; e na segurança pública, com a violência nunca vista nas principais cidades brasileiras.

Diante da constatação de que não há outro caminho para cumprir a meta fiscal, o Palácio do Planalto deveria colocar em prática medidas de austeridade que possam contribuir para o controle das contas públicas. O cidadão brasileiro cansou-se de ouvir das autoridades que a inchada máquina pública federal será enxuta. Não é mais aceitável a existência de milhares de cargos comissionados preenchidos única e exclusivamente pelo critério do apadrinhamento político, com altos rendimentos, enquanto a população vive com um salário médio de R$ 1.473 (primeiro semestre de 2017).

Mas, não é apenas o Poder Executivo que deveria tomar atitudes concretas para cortar gastos na carne. O custo do Congresso Nacional também é um dos maiores do planeta, superando muito os de nações mais ricas e desenvolvidas. Não existe explicação plausível para gastos com moradias funcionais, verbas indenizatórias, cartões corporativos, manutenção de carros oficiais e disponibilização de dezenas de servidores para cada parlamentar. De acordo com o Contas Abertas, o Parlamento custará mais de R$ 1 bilhão neste ano. E tudo pago pelo contribuinte.

O Judiciário também tem de dar sua cota de contribuição para que as contas públicas sejam controladas. Não se justificaram as enormes estruturas administrativas dos tribunais de contas e militares espalhados pelo país. Muito menos os suntuosos prédios que abrigam os órgãos do Judiciário e as conhecidas mordomias, similares às do Executivo e do Legislativo.

O Brasil não suporta mais o contínuo aumento da carga tributária. O trabalhador brasileiro trabalha mais de 40% ao ano para pagar impostos, e os setores produtivos já estão sufocados pelo elevado número de tributos – no país há mais de 60 no âmbito federal. O governo, com as instituições dos outros poderes, tem o dever de encontrar caminhos para o controle dos gastos que não sejam apenas a elevação de impostos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fora da Pauta

Willian Marinho
williamarinho@hotmail.com

Dever

A defesa da vida e o combate ao suicídio no Maranhão foram os pontos elencados durante reunião que aconteceu entre o deputado estadual Wellington do Curso (PP) e a Procuradora de Justiça, Dra. Sandra Elouf. A reunião aconteceu na Procuradoria de Justiça e resultou em alguns encaminhamentos, a exemplo dos grupos de trabalho que debatam ações efetivas relacionadas ao tema.

Realidade

"Infelizmente, o crescimento do número de suicídios no Maranhão é uma triste realidade e isso tem nos preocupado. Já realizamos uma audiência pública para discutir o Plano Estadual de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio. Precisamos identificar as famílias de quem cometeu suicídio, as causas e, assim, articular ações que previnam isso. A vida é prioridade e é dever do Estado apoiar as família de quem comete suicídio ", disse Wellington.

Próxima

A próxima reunião ficou agendada para o dia 02 de agosto, às 15h. Ocorrerá no prédio da Procuradoria e será organizada pelo Centro de Apoio de Direitos Humanos, coordenado pela Procuradora Sandra Elouf, em parceria com o gabinete do deputado Wellington do Curso. O objetivo é tratar sobre a proposta de criação do Plano Estadual de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio, que será encaminhada ao Executivo, envolvendo o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Saúde, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Educação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

POR DENTRO DA ACADEMIA

O acadêmico e advogado Agostinho Noleto assumiu a presidência da Academia Imperatrizense de Letras em várias oportunidades. Primeiro, no biênio 1999/2001. Terminado esse prazo, Noleto foi reeleito e dirigiu a Casa para mais dois anos (2001-2003). Depois, em 2006, assumiu a presidência em substituição a Luiz Carlos Porto. Foi eleito novamente para o biênio 2007-2009. E, por último, foi reconduzido para o biênio 2009-2011.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CADEIRA NÚMERO 4

PATRONO: Cândido Mendes de Ameida, nascido em 1818 em São Bernardo de Brejo de Anapurus. Formado em Direito, pela Escola de Olinda (PE), foi promotor público, secretário de Governo, deputado provincial e senador. Foi também professor de História e Geografia do Liceu Maranhense. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; presidente da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa, no Brasil; sócio da Sociedade de Geografia de Londres e Oficial da Ordem da Rosa, além de Comendador de São Gregório Magno, de Roma. Considerado um polemista, fundou, em 1845, em Caxias (MA), o jornal O Brado de Caxias e ainda colaborou com jornais de São Luís e do Rio de Janeiro. É umas das personalidades mais elogiadas das letras e da cultura do século XIX no Brasil.

FUNDADOR: *Lourival de Jesus Serejo Sousa, natural de Viana-MA. É bacharel em Direito, pela UFMA, especialista em Direito Público, pela Faculdade de Direito do Ceará e em Direito Processual Civil, pela Universidade Federal de Pernambuco. Em 1981, ingressou na magistratura, tendo sido juiz de direito em várias comarcas, inclusive da Comarca de Imperatriz, período em que participou da fundação da Academia Imperatrizense de Letras. Antes de se tornar juiz, foi advogado e Promotor de Justiça. Já exerceu as seguintes atividades, no âmbito do direito: Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, Juiz Auditor da Justiça Militar e Ouvidor do Tribunal de Justiça do Maranhão, professor na Escola Superior da Magistratura do Maranhão e, quando morou em em Imperatriz, no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão. É desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Nas lides literárias, Lourival Serejo é membro da Academia Maranhense de Letras, onde ocupa a Cadeirano 35; membro fundador da Academia Imperatrizense de Letras, Cadeira no 4; membro fundador da Academia Vianense de Letras, Cadeira número 10; membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, Cadeira no 10. É também membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM; do Instituto dos Magistrados do Brasil; da Associação dos Magistrados Brasileiros e da União Brasileira de Escritores – UBE. É autor dos seguintes títulos: O presépio queimado (1991); Rua do porto (1997); Do alto da Matriz (2001); O baile de São Gonçalo (2002); Na casa de Antônio Lobo (2006); Da aldeia de Maracu à Vila de Viana (2007); Entre Viana e Viena (2011); Aquele pé de goiaba-prata (2012); Pescador de memórias (2013); Casablanca (2016); Contribuições ao estudo do Direito (1998); Direito Constitucional da Família (2004); Provas ilícitas no direito de família (2004); A família partida ao meio (2007); Formação do Juiz: anotações de uma experiência (2010); Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional (2013); Os novos diálogos do direito de família (2014).*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

O SONHO E A REALIDADE

LOURIVAL SEREJO

Lá pelo interior verdadeiro, das matas e das roças, a aproximação de um casamento é esperado por todos. Esse acontecimento, com sua especial originalidade, domina todas as conversas da redondeza.

Chegando o grande dia, reúnem-se as pessoas do lugarejo, entre parentes e amigos, na casa dos pais da moça. Quando fica longe da sede, chegam, geralmente, a cavalo. Ficando perto, vêm, em cortejo solene, pelas ruas. Ostentam, em seus trajes, uma miscelânea de cores disparatadas que chamam a atenção de todos na cidade.

No centro dos convidados, como um lírio entre o verde do capim, segue a futura esposa, toda pura, quase sempre vestida de branco.

Logo que chegam à cidade dirigem-se ao cartório, que imediatamente enche de gente, entre convidados e curiosos.

O pai de Antônia, bem que sonhara com tudo isso para a filha, mas o destino cruel não lhe permitiu essa alegria. O filho do compadre Raimundo desencabeçou Antônia e mexeu com ela. Descoberto o crime, Pedro negou-se a casar, alegando que a moça não era "suficiente". Porém o pai de Antônia, indignado, procurou o compadre Raimundo para exigir o casamento que, pela lei rigorosa e tradicional que defendem, se "fez mal", casa, quer queira, quer não. É o talião moral.

Feito o trato, acertaram a data do enlace.

Comitiva simples, sem pompa e sem alegria, dirigiram-se à cidade, em busca do Juiz de Paz.

A fisionomia de Pedro era de um condenado. Triste, carrancudo, revoltado. Olhar colérico que aterrava os assistentes. Parece que estava diante de uma guilhotina, ciente do que o aguardava.

A moça - coitada - alegre, espevitada, vitoriosa, era toda riso. Dominava, ali, aos seus pés, o triunfo conquistado. E assim, realizou-se a cerimônia na presença dos convidados e da autoridade.

Logo que terminou o ritual, depois de assinados os protocolos, o herói da façanha levantou-se, grave, ameaçador, chispando ódio pelos olhares. Olhou em derredor e, voltando-se para a recém-esposa, exclamou:

- É, casei, mas agora é o diabo que vai morar contigo, não eu.

Entre o suspense da plateia e as lágrimas da mulher, sumiu-se.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJMA reconhece ilicitude dos descontos em contas de beneficiários do INSS

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) fixou tese jurídica reconhecendo a ilicitude de descontos de tarifas em contas bancárias de beneficiários do INSS, com o entendimento de que a conta bancária se destina apenas ao recebimento do benefício previdenciário.

Por unanimidade, o Tribunal de Justiça admitiu Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), suscitado pelo desembargador Paulo Velten, vinculando todos os processos individuais ou coletivos, presentes ou futuros, que versem sobre a mesma matéria no âmbito do TJMA, inclusive os que tramitam nos juizados especiais.

O desembargador Paulo Velten (relator) justificou a presença dos requisitos do artigo 976 do CPC/2015, observando ser fato público e notório a multiplicação de demandas tratando da questão em todas as Câmaras Cíveis do TJMA, com risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, em razão da divergência de entendimentos entre as Câmaras.

Algumas câmaras cíveis têm reconhecido a ilicitude dos descontos nas contas bancárias, enquanto outras se posicionam de modo contrário, entendendo que o simples fato de a conta bancária se destinar ao recebimento de benefício previdenciário não impõe, por si só, o reconhecimento da ilicitude da cobrança de tarifas.

O magistrado ressaltou que a consagração de teses antagônicas, no âmbito do mesmo tribunal, gera problemas de difícil solução, dependendo a sorte das partes da distribuição dos processos entre as câmaras cíveis, gerando imprevisibilidade tanto para os destinatários quanto para os juízes de 1º Grau, que não encontram um norte a seguir.

"Ressalte-se que o novo Código de Processo Civil impôs aos tribunais o dever de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, como forma de concretização dos princípios constitucionais da segurança jurídica e da igualdade", observou.

O magistrado enfatizou ainda que a uniformização se justifica em face dos novos tempos do modelo constitucional, que não mais admite – por ser incompatível com o Estado Democrático de Direito – a desarmonia da jurisprudência, manifestada pela diversidade de orientações adotadas em idênticas questões de direito. (Processo: 3.043/2017) ***(Juliana Mendes / Asscom TJMA)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Projeto "Linha Direta" será lançado nesta segunda

Consumidores interessados em resolver questões pré-processuais ou processuais por meio da conciliação passam a contar com o projeto "Linha Direta", que será lançado nesta segunda-feira (24), às 11h, no Fórum de São Luís, com a presença do desembargador José Luiz Almeida (presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania), juiz Alexandre Abreu (coordenador do Nupemec), juiz Sebastião Bonfim (diretor do Fórum) e magistrados dos Juizados Especiais.

Fruto de uma parceria entre a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) e o Núcleo de Solução de Conflitos do Poder Judiciário, o projeto será desenvolvido no Centro de Solução de Conflitos do Fórum de São Luís, num sistema de atendimento direto ao público sem necessidade de agendamento prévio de audiência, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira.

De acordo com Fabianni Lima Serra, da Assessoria Jurídica da Cemar, o "Linha Direta" é um canal interligado com o Procon, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário. O objetivo é solucionar, de forma célere, as demandas apresentadas pelos consumidores.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Informe JP

No CNJ

O desembargador Jaime Ferreira de Araújo, do TJMA, foi acionado pelo Sindjus no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) depois de dizer, durante sessão do Pleno, que a greve realizada pelos servidores do Judiciário em 2015 foi "uma safadeza".

A declaração foi dada na sessão de 21 de junho, quando a Corte julgava uma proposta de conciliação para acabar com o movimento dos servidores.

Jaime Araújo é conhecido do CNJ. Ele foi acusado de assediar sexualmente uma candidata a juíza, em 2009, e o caso também foi parar no Conselho.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJMA reconhece ilicitude dos descontos em contas de beneficiários do INSS

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) fixou tese jurídica reconhecendo a ilicitude de descontos de tarifas em contas bancárias de beneficiários do INSS, com o entendimento de que a conta bancária se destina apenas ao recebimento do benefício previdenciário.

Por unanimidade, o Tribunal de Justiça admitiu Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), suscitado pelo desembargador Paulo Velten, vinculando todos os processos individuais ou coletivos, presentes ou futuros, que versem sobre a mesma matéria no âmbito do TJMA, inclusive os que tramitam nos juizados especiais.

O desembargador Paulo Velten (relator) justificou a presença dos requisitos do artigo 976 do CPC/2015, observando ser fato público e notório a multiplicação de demandas tratando da questão em todas as Câmaras Cíveis do TJMA, com risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, em razão da divergência de entendimentos entre as Câmaras.

Algumas câmaras cíveis têm reconhecido a ilicitude dos descontos nas contas bancárias, enquanto outras se posicionam de modo contrário, entendendo que o simples fato de a conta bancária se destinar ao recebimento de benefício previdenciário não impõe, por si só, o reconhecimento da ilicitude da cobrança de tarifas.

O magistrado ressaltou que a consagração de teses antagônicas, no âmbito do mesmo tribunal, gera problemas de difícil solução, dependendo a sorte das partes da distribuição dos processos entre as câmaras cíveis, gerando imprevisibilidade tanto para os destinatários quanto para os juízes de 1º Grau, que não encontram um norte a seguir.

"Ressalte-se que o novo Código de Processo Civil impôs aos tribunais o dever de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, como forma de concretização dos princípios constitucionais da segurança jurídica e da igualdade", observou.

O magistrado enfatizou ainda que a uniformização se justifica em face dos novos tempos do modelo constitucional, que não mais admite – por ser incompatível com o Estado Democrático de Direito – a desarmonia da jurisprudência, manifestada pela diversidade de orientações adotadas em idênticas questões de direito.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Juíza Lidiane de Souza entra em exercício na Comarca da Ilha de São Luís

A juíza Lidiane Melo de Souza, promovida por merecimento no último dia 19 pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, da 2ª vara da comarca de Açailândia, entrou em exercício no cargo de Juíza Auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís, durante solenidade realizada ontem (21) perante o desembargador Jorge Rachid, corregedor-geral da Justiça em exercício.

A juíza já percorreu as comarcas de Buriti Bravo (2001), Mirador (2002), e Açailândia onde trabalhou cerca de 7 anos na 2ª Vara da Família.

Para Lidiane de Souza, a experiência acumulada em quase 16 anos de magistratura será importante para o novo desafio.

O desembargador Jorge Rachid deu as boas-vindas à magistrada, desejando sucesso nessa nova fase laboral na Comarca da Ilha.

Ainda no dia 19, logo após ser promovido da comarca de Imperatriz, também por merecimento, o juiz Gladiston Cutrim entrou em exercício no cargo de Juiz Auxiliar de Comarca da Ilha de São Luís. O juiz, que acumula 14 anos de experiência na magistratura, está à disposição da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), coordenando o setor de Planejamento Estratégico do órgão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo